


O GRUPO GLOBO E AS SUAS NARRATIVAS PARA O GOLPE: RELAÇÕES ENTRE PRÁTICAS DE CLASSE, CENA POLÍTICA E OS PROTESTOS DE MARÇO DE 2016

Roberto Mauro da Silva Fernandes¹

Resumo

A grande mídia brasileira foi parcial e manipulou as narrativas da mais recente crise política do país com o objetivo de legitimar um hodierno golpe à democracia brasileira ou o que ela denominou de impeachment. Dentre os sujeitos que se posicionaram a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff está o Grupo Globo. Deste modo, a nossa discussão está relacionada à atuação deste sujeito na manipulação de uma série de informações acerca das manifestações populares que ocorreram respectivamente nos dias 13 e 18 de março de 2016, um mês antes a sessão especial na Câmara dos Deputados que decidiu pelo afastamento da presidenta. Para obtenção do que nos propomos, realizamos uma pesquisa bibliográfica em livros, jornais, sites de notícia e vídeos na internet.

Palavras-chave

Golpe no Brasil (2016);
Grupo Globo;
Cena Política;
Manifestações Populares.

GLOBO GROUP AND ITS NARRATIVES FOR THE COUP: RELATIONSHIP BETWEEN CLASS PRACTICES, POLICY SCENE AND MARCH 2016 PROTESTS.

Abstract

The great Brazilian media was partial and manipulated the narratives of the country's most recent political crisis in order to legitimize a contemporary coup against Brazilian democracy or what it called impeachment. Among the subjects that stood in favor of the impeachment of President Dilma Rousseff is Grupo Globo. Thus, our discussion is related to the performance of this subject in the manipulation of a series of information about the popular manifestations that took place respectively on March 13 and 18, 2016, a month before the special session at the Chamber of Deputies that decided by remoteness of the president. To obtain what we propose, we carry out a bibliographical research in books, newspapers, news sites and videos on the Internet.

Keywords

*Coup in Brazil (2016);
Globo Group;
Political Scene;
Popular Protests.*

¹ Pós-doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO. E-mail: robertomauro.fernandes@hotmail.com.

Introdução: Criminações infundadas, a mídia e o trágico dia 17 de abril de 2016

Para Nicos Poulantzas (2000), o Estado deve ser percebido e entendido a partir de uma perspectiva relacional, cujas práticas políticas são desenroladas e materializadas mediante relações de produção, isto é, através de poderes (capacidades) políticos, econômicos e ideológicos - que determinam o lugar de uma classe social - e pela condensação (luta de classe).

Assim, as classes sociais são definidas por sua posição no processo de produção (na esfera econômica), pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas, ou seja, no conjunto das práticas sociais (Poulantzas, 1975; Poulantzas, 1986). Deste modo, o lugar de cada classe e a estratégia frente às outras determina a capacidade ou o poder de realizar seus interesses no interior das relações de forças. Portanto, o poder de uma classe significa seu lugar objetivo no sistema relacional de lugares materiais ocupados pelos agentes² (Poulantzas, 2000).

Dito isso, o lugar (a capacidade) de classe das empresas privadas do setor de mídia no Brasil possibilita que detenham um poder monopolizador (e engajado) de disseminar informações. Embora seja inegável no século XXI a importância da internet, que possibilita aos indivíduos produzirem narrativas e se libertarem da condição de meros telespectadores passivos, é fato que ainda a grande mídia (a velha mídia) detém o poder de pautar a discussão de determinados temas. Como advoga Lima (2013, p. 90), “[...] a velha mídia (ainda) [...] controla e detém o monopólio de ‘tornar as coisas públicas’. Além de dar visibilidade, ela é indispensável para realimentar o processo e permitir sua própria continuidade”. Logo, ao dar visibilidade pública aos debates, influencia a opinião pública³ e, sobretudo, tem o poder de criar consensos para alterar quadros da cena política.

A cena política é o lugar privilegiado, nas formações capitalistas, das ações abertas das forças sociais mediante sua representação político-partidária. Não pode ser confundida com poder político de uma classe social sobre o Estado⁴; deve ser entendida

² As práticas políticas de classe dependem da posição das classes na formação social, deste modo, da maneira como instrumentalizam os diversos níveis da superestrutura e da infraestrutura. As práticas vão depender de como as classes se inserem e se relacionam com os aparelhos, núcleos e redes do Estado (Poulantzas, 1986, p. 100-110). Para Nicos Poulantzas, o conceito de classes compreende a produção de relações sociais como efeito das estruturas. Logo, as relações sociais consistem em práticas de classe e somente podem ser concebidas como práticas de classe.

³ Deve-se destacar que a opinião pública é composta por diversos segmentos de dada sociedade, entre os quais estão os cidadãos/eleitores do Estado, corporações (nacionais e estrangeiras), grupos empresariais e políticos e seus grupos de interesse, associações religiosas, os diversos setores da imprensa, etc.

⁴ O Estado não é um comitê que atende os interesses da classe burguesa, pensar assim é um equívoco, o Estado não é uma *coisa* que pode ser instrumentalizada. Imaginar que uma classe pode manipular o Estado é reduzi-lo a uma ditadura de classes e à dominação política (Poulantzas, 2000). O Estado possui uma ossatura material própria que não foi criada pela burguesia, o que ocorre é que a capacidade (o lugar) dessa classe e de suas frações proporciona assíduo acesso a tal ossatura.

enquanto relação concreta entre partidos políticos e classes dominantes e suas frações⁵. Neste sentido, é o lugar público, a instância formal na qual as demandas das classes dominantes e de suas frações são viabilizadas.

A cena política tem nos parlamentos os principais palcos nos quais publicamente os embates entre as classes dominantes (organizadas em partidos políticos) ocorrem, nos quais a dissimulação dos interesses classistas se desenrola (Boito Jr., 2007)⁶. Tais embates e dissimulação se fizeram presentes no hodierno contexto da história política do Brasil. Os donos da grande mídia brasileira, fazendo uso de todos os irmanamentos possíveis no interior da estrutura de propriedade cruzada dos meios de comunicação do país, promoveram ações programadas, articuladas e intencionais com o Congresso Nacional para convencer a sociedade brasileira de que a presidenta Dilma Rousseff deveria ser impedida de cumprir suas funções no Poder Executivo.

Isto posto, o ambiente político para o Golpe de Estado que sustaria a presidenta Dilma Rousseff de seu cargo foi construído pela grande mídia literalmente dia e noite, hora após hora, minuto por minuto e de segundo a segundo. A Abreviação do seu segundo mandato, disfarçado em processo de *impeachment*, tratou-se de um Golpe de Estado devido ao fato de inexistir comprovação de tipicidade e autoria dolosa do cometimento de crime de responsabilidade. Ocorreria uma conspiração cujo objetivo foi causar uma ruptura constitucional por meio de medidas parciais ou totalmente ilegais com aparência de normalidade jurídica (Proner, 2016, p. 69). A Câmara dos Deputados e posteriormente o Senado Federal deflagraram um julgamento absolutamente político. Como afirma Moraes Bahia et al. (2016):

⁵ É preciso sublinhar que as classes sociais não são homogêneas, frequentemente apresentam-se nas formações sociais (objeto concreto-real) dissolvidas e/ou fundidas a outras classes como frações e frações autônomas. Estas constituem substratos de forças sociais capazes de alterar as relações de forças nas instâncias políticas, ideológicas e econômicas, as primeiras seriam conjuntos sociais susceptíveis a se converterem em frações autônomas, as frações tem domínio de alguns elementos das relações do estado, ou o econômico ou o político ou o ideológico, jamais os três (diferente das frações autônomas). Mediante a conjuntura e o nível de organização política da classe social, sua luta política gera consequências na maneira como será representada na cena política. Além das frações, as classes sociais também são compostas por categorias. As categorias sociais podem se tornar forças sociais, no entanto possuem um diferencial, são conjuntos sociais que possuem relações específicas e sobredeterminantes com outras estruturas além das econômicas, é o caso dos intelectuais nas suas relações com o ideológico e da burocracia nos seus vínculos com os aparelhos de Estado (Poulantzas, 1986). A título de exemplo, há o *peçoal do Estado*, grupo que constitui uma categoria social detentora de unidade própria em consequência da organização (ossatura) do Estado e de sua autonomia relativa. Entre os quais podemos citar algumas de suas divisões internas: as diversas burocracias estatais, administrativa, judiciária, militar, policial, etc. Assim como as classes sociais e suas frações, o *peçoal do Estado* também possui um lugar de classe, logo, está presente na luta de classes, especialmente porque a última atravessa os aparelhos estatais (Poulantzas, 2000).

⁶ Para Boito Jr. (2007) a cena política seria a realidade superficial (a superestrutura) que tem como realidade profunda os interesses das classes sociais e suas frações, isto é, a infraestrutura. Isto é possível, pois a cena política tem como alicerce a lei, instrumento da democracia burguesa que ratifica o falso discurso da igualdade e universalidade entre os indivíduos e respalda o burocratismo. Estas relações são fundamentais para que os partidos e políticos profissionais possam se articular e, entre outras coisas, discursar em nome do coletivo (da nação, por exemplo) e atender nos parlamentos os interesses das classes e frações de classes dominantes.

Impeachment não é sinônimo de “recall” nem de “voto de desconfiança” parlamentarista⁷. É um julgamento jurídico-político, em que o jurídico configura condição indispensável ao político. É político porque mesmo presente crime de responsabilidade, é possível não decretar o impeachment sem crime de responsabilidade por mera conveniência política, mera crise econômica, política, moral, etc. Isso seria voto de desconfiança parlamentarista: o resultado do Plebiscito de 1993, que rejeitou o Parlamentarismo, tem essa consequência: mesmo Governo impopulares e considerados “ineptos” não podem ser derrubados sem a existência, no mandato vigente, de crime (de responsabilidade ou comum, este julgado pelo STF [Superior Tribunal Federal]) [...] (Moraes Bahia *et al.*, 2016, p. 33).

Os motivos apresentados pela acusação e que provocaram a instauração de processo de *impeachment* contra a presidenta da República estão relacionados à edição de seis decretos não numerados, responsáveis pela abertura de créditos suplementares e as chamadas “pedaladas fiscais”, referente ao atraso no pagamento ao Banco do Brasil de subvenções relativas ao “Plano Safra”⁸.

No que tange ao primeiro, os decretos publicados estavam ratificados pela lei nº 13.199/15, logo, não houve desrespeito à meta primária, como afirmou a denúncia. A Lei orçamentária permite abertura de crédito suplementar sob a condição de que a meta primária tenha sido atingida, assim quando o Congresso Nacional aprovou o PLN nº 5/2015, convertida na Lei nº 13.199/15, permitiu a inclusão de créditos suplementares na Lei orçamentária. Em relação ao segundo motivo, os denunciantes se apropriaram da Lei de Responsabilidade Fiscal para tentar provar que houve ato atentatório à Lei Orçamentária. O art. 85, no seu inciso VI, descreve que cometerá crime de responsabilidade aquele que afrontar a Lei Orçamentária. Algo que a presidenta não fez, o que ocorreu foi o atraso de repasse de dinheiro público a um banco público, a denúncia comparou retenções temporárias com operações de créditos - o que não é fato (Ramos e Moreira, 2016, p. 58; Moraes Bahia *et. al.*, 2016, p. 32; Botelho e Teixeira, 2016, p. 394-395). Desta maneira, como asseveram Cerqueira e Pedrollo (2016):

[...] falar que o *impeachment*, nas atuais circunstâncias, caracteriza golpe de Estado, faz todo sentido. Um golpe de Estado não se caracteriza pelo uso da força, mas sim pela ruptura institucional, pelo descumprimento das normas que regulam o exercício dos poderes políticos (Cerqueira e Pedrollo, 2016, p. 91).

Ademais, a ex-presidenta Dilma não estava sendo acusada por ter cometido crime de corrupção, não respondia por desvios de recursos, enriquecimento ilícito, sonegação tributária, por participação ou associação criminosa, etc., nada havia contra ela, ao contrário de inúmeros deputados e senadores que a julgaram e condenaram.

⁷ De acordo com Cerqueira e Pedrollo (2016), Recall ou voto de desconfiança é o instrumento comum de afastamento nas repúblicas parlamentaristas nas quais é o Congresso quem elege o Primeiro Ministro, logo, ao primeiro compete derrubá-lo, bastando para o segundo não possuir apoio parlamentar. É necessária uma votação com maioria qualificada para que ocorra o impedimento do Primeiro Ministro; e ao contrário do *impeachment*, não é preciso configuração de crime.

⁸ Plano relacionado ao financiamento de agricultura familiar e produção de alimentos.

Sobre tal questão, é preciso dizer que no final do ano de 2015 e início de 2016, resultados parciais da Operação Lava Jato⁹, conduzida pela Polícia Federal e que investigava escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro apontavam que 60% do Congresso Nacional estava envolvido em casos de corrupção, dos 513 deputados federais brasileiros, 303 estavam sendo investigados por algum crime, no Senado Federal, 49 dos senadores entre os 81 que o compõe, de igual modo, estavam em processo de investigação. Entre os quais, estavam o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; e o então vice-presidente da República, Michel Temer (Proner, 2016, p. 72). Glenn Greenwald (Prêmio *Pulitzer* de 2014) descreveu Michel Temer da seguinte maneira:

[...] está submerso em corrupção: foi acusado por delatores de envolvimento num esquema ilegal de compra de etanol, acaba de ser considerado culpado, e multado, por irregularidades nas despesas de campanha, e enfrenta a possibilidade de ficar inelegível por 8 anos. Ele é profundamente impopular: apenas 2% dos brasileiros o apoiariam como presidente, e quase 60% querem o seu *impeachment* (Greenwald, 2016, p.4-5).

Em outras palavras, a grande mídia brasileira ajudou a empossar o primeiro presidente “ficha suja” da história do Brasil e que no momento da posse estava inelegível por oito anos. O ex-presidente Michel Temer (interino entre 12 de maio e 31 de agosto de 2016) foi condenado no dia 03 de maio de 2016 pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Motivo: doação excessiva de dinheiro à campanha dos deputados federais Alceu Moreira e Darcísio Perondi (Botelho e Filgueiras, 2016, p.3-4). Isto é, Michel Temer assumiu o cargo de presidente da República Federativa do Brasil impedido de participar no pleito de 2018 para tentar a reeleição e de outros processos eletivos até ano de 2024.

A grande mídia brasileira arquitetou um plano para apontar a presidenta eleita como corrupta, todavia, legitimou a ascensão de um parlamentar citado por delatores sob custódia da Polícia Federal em vários esquemas de corrupção (Carta Capital, 2015; Folha de São Paulo, 2016; Limongji, 2017) e que horas depois de sua posse extinguiu a Controladoria Geral da União (CGU), órgão responsável pela prevenção e combate à corrupção no funcionalismo público e de fiscalização independente. A CGU perdeu o status de Ministério próprio e passou a integrar o Ministério da Fiscalização, Transparência e Controle¹⁰ (Botelho e Filgueiras, 2016, p.4).

⁹ A Operação Lava Jato foi iniciada em 17 de março de 2014. Trata-se de um conjunto de investigações, conduzidas pela Polícia Federal e com o crivo do Ministério Público Federal, acerca de crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. Segundo os resultados das investigações e delações premiadas estão envolvidos em esquemas de corrupção grandes empreiteiras nacionais, empregados públicos da Petrobras, operadores financeiros e membros dos principais partidos políticos do país. A força tarefa da Lava Jato tem como missão cumprir mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva.

¹⁰ É preciso ainda destacar que no dia 21 de abril de 2019, o ex-presidente do Brasil, Michel Temer, foi preso em São Paulo pela força-tarefa da Lava Jato do Rio de Janeiro depois que o juiz

Michel Temer assumiu a presidência da República (como interino) no dia 12 de maio de 2016, sua posse foi o desfecho de uma articulação entre a grande mídia, a cena política e frações burguesas vinculadas a esta e por setores importantes da classe média, entre os quais, aqueles que compõem os *intelectuais do Estado*¹¹ e foi iniciada formalmente no dia 2 de dezembro de 2015 quando o então presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Eduardo Cunha, aceitou uma denúncia, encaminhada pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal¹², que versava sobre o cometimento de crime de responsabilidade por parte da presidenta Dilma Rousseff.

Logo a aceitação do pedido, formou-se uma comissão especial na Câmara dos Deputados, a fim de decidir sobre a admissibilidade da questão processual com vistas a impedir (*impeachment*) a continuidade do mandato da presidenta da República. O relatório da delegação foi favorável ao impedimento, 38 deputados aprovaram-no e 27 foram os manifestos contrários.

No dia 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório com 367 votos favoráveis e 137 contrários. Novamente, a grande mídia brasileira teve um papel fundamental, inúmeras emissoras de televisão/rádio e jornais/revistas de grande circulação nacional cobriram ao vivo a sessão que encaminhou a denúncia para o Senado julgar.

A *TV Globo*, por exemplo, começou a acompanhar as movimentações no Congresso Nacional a partir das 9h da manhã, entrava com flashes do jornalismo em meio à programação matinal e às 14h, com o início da sessão na Câmara, deu

Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, ordenou a sua prisão como parte integrante da Operação Descontaminação. De acordo com o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, a prisão foi uma resultante do processo de investigação sobre esquemas de propina relacionados as obras da usina nuclear de Angra 3. A prisão ocorreu com base na delação de Sr. José Antunes Sobrinho, sócio da construtora Engevix. O MPF ainda afirma que a Engenix, uma das empresas do consórcio responsável pelas obras, pagou propina de R\$ 1,091 milhão ao grupo do ex-presidente. No cômputo geral, a soma dos valores em propinas (recebidas, prometidas ou desviadas) pela quadrilha chefiada por Michel Temer ultrapassa R\$ 1,8 bilhão. José Antunes Sobrinho, asseverou na delação que pagou propina a pedido de João Baptista Lima Filho (o coronel Lima), dono da empresa Argeplan, que também integrava o consórcio de Angra 3, do ex-ministro Wellington Moreira Franco, com o pleno consentimento de Michel Temer. No momento em que escrevemos este artigo, o ex-presidente Michel Temer está em liberdade após seus advogados impetrarem pedido de *habeas corpus* que foi aceito pelo desembargador Ivan Athié do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2).

¹¹ Os *intelectuais do Estado* fazem parte da categoria *pessoal do Estado*, são os agentes da lei. Para Nicos Poulantzas (2000, p. 88) “[...] todo agente do Estado em amplo sentido, parlamentar, policial, oficial, juiz, advogado, assistente social, etc., é um intelectual na medida em que é um *homem da lei*, que legisla, que conhece a lei e o regulamento, que concretiza-os, que aplica-os”. Estes agentes são fundamentais no sistema jurídico-capitalista (abstrato, formal, geral), este que através da lei tem o papel de oficializar os lugares das classes sociais, permitindo e interditando os deslocamentos de classe, bem como, de formalizar a falácia de que todos são iguais e livres diante da lei. No caso do processo que culminou no falso *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, os intelectuais do Estado em questão foram os Deputados Federais, Senadores, juízes, advogados, Ministérios Públicos, Polícia Federal, etc.

¹² A jurista foi eleita deputada pelo estado de São Paulo nas eleições de 2018. O partido pelo qual disputou a eleição foi o Partido Social Liberal - PSL.

exclusividade à cobertura política (Mourão e Martins, 2016, p. 2). A emissora mudou prontamente sua programação de domingo. De acordo com Gobbo (2016):

[...] a longa sessão realizada na Câmara dos Deputados no domingo, dia 17 de abril de 2016, que votou e aprovou abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, foi transmitida ao vivo pela Rede Globo de televisão, assim como por outras emissoras de TV, já informadas que o processo de afastamento seria aprovado pelos deputados, em cobertura que durou mais de dez horas. O que chamou nossa atenção é que, para que fosse feita essa transmissão ao vivo, foi articulado entre as empresas midiáticas e clubes de futebol a mudança da data dos jogos do Campeonato brasileiro, que tradicionalmente ocorrem aos domingos e que geram grandes receitas, sobretudo à Rede Globo. Além disso, a própria data da sessão de votação foi escolhida com precisão pela grande mídia e pelas forças políticas da burguesia brasileira, pois a audiência no domingo certamente seria maior do que em qualquer dia da semana. Diga-se de passagem, raramente há sessões na Câmara dos Deputados aos domingos (Gobbo, 2016, p. 23).

A sessão na Câmara foi palco de manifestações de pessoais com ares de deboche (direcionadas a presidenta e a sociedade brasileira), os deputados que foram favoráveis à admissibilidade do processo contra a presidenta, votavam em nome da sogra, do cachorro, da família, da mãe, da maçonaria, de torturadores¹³, bem como muitos dos deputados foram extremamente desrespeitosos, referimo-nos aqueles que se manifestaram favoráveis ao *impeachment* e que no final de suas falas bradavam: “Tchau Querida!”. Sobre esta última questão, Botelho e Guedes (2016), destacam o seguinte:

Importante lembrar que a linguagem não carrega consigo apenas a função de comunicar, mas traz em seu mundo semântico sentimentos, afetos, vontades, medos ou ódio - ainda que inconscientes. Num cenário político de difícil inserção da mulher, fruto do tripé capitalista, colonial e patriarcal, o “tchau, querida!” busca deslegitimar, desrespeitar, subtrair a seriedade e suavizar o estupro verbal que estavam cometendo à Dilma, às mulheres e à Democracia Brasileira. Esse querida, vindo de homens e mulheres, muitos com processos de corrupção em curso e declaradamente contrários ao governo da presidenta, pode ser interpretado e substituído por histérica, doída, vaca, puta, piranha, demente e muitos outros adjetivos que cotidianamente são utilizados para se referir às muitas Dilmãs no Brasil (Botelho e Guedes, 2016, p. 02).

Ficou evidente naquele fatídico dia 17 de abril de 2016 que o *impeachment* da ex-presidenta Dilma foi político, havia por um lado à vontade de aniquilar um inimigo e por outro havia nos discursos de tais deputados o ódio a uma mulher, a discriminação de gênero também se fazia presente. Em outras palavras, os deputados que votaram a

¹³ Aqui é preciso registrar que o atual presidente do Brasil, o Sr. Jair Bolsonaro, declarou seu voto a favor do *impeachment* e quando o fez publicamente homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército (de 1970 a 1974), um dos órgãos de repressão da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Este militar é apontado como um dos principais torturadores do regime. Inclusive, a ex-presidenta Dilma Rousseff declarou que foi torturada por ele. Quando o Sr. Jair Bolsonaro declarou seu voto e homenageou este torturador, o fez para ofender Dilma Rousseff. Como já ressaltamos, não houve crime de responsabilidade, logo, em nossa opinião, todos aqueles parlamentares que votaram a favor do *impeachment* compactuaram com o golpe.

favor do impedimento, o fizeram sem citar os motivos previstos na Constituição para afastar a chefe do executivo e muito menos as acusações que motivavam a realização da sessão especial.

A revista britânica *The Economist*, a título de exemplo, publicou em seu site uma matéria na qual ironizou os motivos alegados pelos parlamentares brasileiros na votação do *impeachment*:

ON SUNDAY April 17th the lower house of Brazil's congress held a special session to vote on whether the president, Dilma Rousseff, should be put through an impeachment trial. The charge is that her government had fiddled government accounts, concealing their parlous state. But hardly any of the federal deputies who spoke in the raucous, viciously partisan televised special session even mentioned this. [...] they cited a more eclectic bunch of reasons for their votes¹⁴ (The Economist, 2016, p. 1).

A revista ainda apresentou uma lista dos pronunciamentos pré-votos que considerou “estranhos”. O jornal argentino *La Nación*, advogava sobre a “vergonhosa tentativa de golpe”. O periódico *Página 12* (Argentina), de igual modo, ressaltava em letras garrafais, na capa da edição do dia 18 de abril, que o que estava ocorrendo no Brasil era um virtual golpe institucional, protagonizado pela Câmara dos Deputados.

Outros grandes veículos de informação internacional como *Le Monde* (França), *Foreign Policy* (EUA), *CNN* (EUA), *El País* (Espanha), *The New York Times* (EUA), no dia seguinte à votação, destacavam o risco que o andamento do processo de *impeachment* representava a democracia brasileira, sobretudo porque inúmeros deputados favoráveis à admissibilidade do pedido de impedimento estavam sendo acusados de participarem de esquemas de corrupção. As observações apontavam, principalmente, o deputado Eduardo Cunha, que presidia à votação e era o político mais denunciado por atos ilícitos.

Para os jornalistas estrangeiros era inconcebível (e muito estranho) o Sr. Eduardo Cunha conduzir um processo que combatia a corrupção sendo um dos mais apontados por investigações policiais. Entretanto, para a grande mídia brasileira esse “detalhe” não tinha o menor destaque. Como explicam Mourão e Martins (2016):

William Bonner [âncora do *Jornal Nacional/TV Globo*] chegou a lembrar que ele [Eduardo Cunha] é alvo de processos, mas sem explicar quais ou informar que já há provas contundentes de corrupção praticada por Cunha, réu no Supremo Tribunal Federal e investigado pela Comissão de Ética da Câmara. Afinal, colocar dúvidas sobre quem conduz o processo de *impeachment* seria questionar a própria legitimidade da ação contra Dilma.

¹⁴ “NO DOMINGO 17 de abril a Câmara dos Deputados do Brasil realizou uma sessão especial para votar se a presidenta Dilma Rousseff deve ser submetida a um processo de *impeachment*. A acusação é de que o seu governo manipulou as contas públicas, ocultando um déficit. Mas, tais acusações não foram mencionadas por quase nenhum dos deputados que falaram na sessão. [...] eles citaram as razões mais ecléticas para seus votos”. Tradução livre. Realizada pelo autor.

A imprensa escrita também aliviou para Cunha. Em matéria da Folha de S. Paulo que detalha biografias de participantes dos processos de Collor e de Dilma, Cunha é descrito como “presidente da Câmara dos Deputados, que acolheu pedido de *impeachment* contra Dilma após ter perdido apoio do PT contra sua cassação” (Mourão e Martins, 2016, pp. 4-5).

Isto é, a grande mídia brasileira legitimou o processo que visava à admissibilidade do *impeachment* contra a presidenta da República, omitindo da sociedade que o deputado responsável por conduzir a ação era o verdadeiro “bandido”¹⁵. Além do mais, invisibilizaram os setores críticos que protestaram em defesa da democracia (mesmo aqueles que eram críticos ao governo de Dilma Rousseff). Ademais, no dia posterior ao processo parlamentar do dia 17 de abril, os principais meios de comunicação no Brasil apenas descreveram o andamento da sessão e deram ênfase ao discurso de que a voz das “ruas” havia sido “ouvida”.

O parecer da Câmara foi imediatamente enviado ao Senado, que também formou a sua comissão especial de admissibilidade do processo de *impeachment*. O relatório foi aprovado por 15 votos favoráveis e 5 contrários. No dia 11 de maio de 2016, por meio de uma sessão que “atravessou” a madrugada, o Senado aprovou, por 55 votos a 22, o afastamento da presidenta Dilma por 180 dias. Com a decisão dos senadores, assumiu o vice-presidente Michel Temer, que permaneceu na condição de presidente interino até o encerramento do processo. No dia 29 de agosto de 2016, a presidenta Dilma realizou sua defesa no Senado Federal. Sobre este episódio, Gobbo (2016) afirma:

[...] Essa defesa também durou mais de dez horas, porém nenhuma programação dos canais de televisão foi alterada de forma a transmitir ao vivo a sessão do Senado, como ocorrera na sessão da Câmara dos Deputados. Além disso, a data da defesa ocorreu numa segunda-feira, dia em que as audiências são muito menores se comparadas às dos domingos (Gobbo, 2016, p. 23).

Assim, no dia 30 de agosto de 2016, o plenário do Senado condenou a presidenta Dilma Rousseff por crime de responsabilidade, no dia seguinte o Brasil tinha um novo presidente e o golpe havia sido iniciado¹⁶.

¹⁵ Na época em questão, o então Deputado Federal Eduardo Cunha passava pelo crivo do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados sob a acusação de quebra de decoro parlamentar, de manter contas bancárias secretas no exterior e de ter mentido sobre a existência delas em depoimento, no ano de 2015, à Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava processos de corrupção na Petrobras (a CPI estava vinculada as ações da Operação Lava Jato). Além das acusações que enfrentava no Conselho de Ética, era réu em dois processos no STF (Supremo Tribunal Federal) e em um processo de improbidade administrativa. Resultado: no dia 30 de março de 2017 o ex-presidente da Câmara, o Sr. Eduardo Cunha, foi condenado a 15 anos e quatro meses de reclusão pelos crimes de corrupção passiva, em consequência de pedido e recebimento de vantagem indevida no contrato de exploração de petróleo em Benin, por três crimes de lavagem de dinheiro e dois crimes de evasão fraudulenta de divisas. O ex-parlamentar estava preso desde 19 de outubro de 2016 no Complexo Médico-Penal em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. O juiz que o sentenciou foi: Sérgio Moro.

¹⁶ A continuidade do Golpe, segundo Boaventura de Souza Santos (2018), ocorreu com a prisão do ex-presidente Lula. A prisão o impediu de participar das eleições de 2018. Lula era o favorito pra vencer o pleito, as pesquisas demonstravam vitória no primeiro turno. Para maiores detalhes do processo e das irregularidades em sua prisão, ver: Proner, C.; et al. (2017).

Em meio a todos esses procedimentos e articulações, inúmeras manifestações de rua, contra e a favor ao impedimento, ocorriam periodicamente em todo o país. É justamente sobre os discursos circunscritos a tais mobilizações sociais que vamos nos ater. Por discurso entende-se o efeito de sentido entre os locutores, o que possibilita a mediação entre os indivíduos e a realidade, deste modo, não pode ser tomado como mero transmissor de informações (Orlandi, 2001, p.15).

Nesse sentido, este artigo procura demonstrar o quanto a grande mídia brasileira, mais especificamente como o Grupo Globo¹⁷ foi parcial e manipulou as narrativas da mais recente crise política do país com o escopo de legitimar o hodierno Golpe à democracia brasileira, vamos demonstrar as suas práticas políticas (de classe) no sentido de oficializar as teses políticas (falsas do ponto de vista jurídico) que desencadearam o *impeachment* de Dilma Rousseff. Portanto, dois episódios foram preponderantes e em nossa opinião são os principais exemplos de como a grande mídia brasileira (o Grupo Globo especialmente) manipulou fatos, tornando-se um dos grandes militantes pró-Golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff. Fazemos alusão às manifestações de rua que ocorreram nos dias 13 e 18 de março de 2016.

Os atos do dia 13 de março tornaram-se a prova (para o Grupo Globo) de que os brasileiros estavam descontentes. Um ambiente “Fora Dilma!” e “Fora PT!” fora criado pelas grandes empresas privadas do setor da comunicação, assimilado por alguns segmentos da sociedade brasileira e como desfecho ocorreria à abertura do processo de *impeachment* da então presidenta da República.

Em consonância com Gonçalves (2016), é importante desmentir a ideia de que o processo de *impeachment* se tratou de um “Golpe Parlamentar”. Tal noção restringe a montagem do Golpe à atuação de um único grupo, isto é, a Câmara dos Deputados:

Embora não desprezemos [...] a importância e o grau dessa esfera [Câmara dos Deputados], que representa a política brasileira, considerá-la a única responsável pelo que se viu desde o momento posterior à eleição presidencial de 2014 até o dia da votação de instauração de processo de *impeachment* [...] acarretaria uma visão muito limitada do palco e dos seus personagens. Por isso, insistimos que

¹⁷ O Grupo Globo é formado por um conjunto de emissoras e veículos de informação no setor da TV gratuita e paga, do marketing, da produção, de estações transmissoras, de TV a cabo, de direitos de marketing internacional, de jornais e revistas, editoras, rádios, websites, de produções cinematográficas a indústria da música. Na televisão aberta, deste grupo faz parte a Rede Globo de televisão, com cinco emissoras próprias (Globo São Paulo, Globo Rio, Globo Minas, Globo Brasília e Globo Recife) e 111 afiliadas. Assim como, o Canal Cultura. No setor de Satélite e TV a cabo, estão NET e SKY. Em relação à produção de conteúdo para TV a cabo e satélite estão o G2C e Globosat, com estas exerce parceria por meio da TV Globo Internacional, Globo News, SporTV, SporTV2, SporTV3, Premiere, Viva; e com veículos próprios como: Gloop, Megapix, GNT, Multishow, Bis, + Globosat, OFF, Combate, VoD (Video on demand). O Grupo Globo também tem parceria com: os estúdios 20th Century Fox, Universal Studios, Metro-Goldwyn-Mayer, Paramount Pictures e Walt Disney Pictures. Esta irmandade permitiu a criação da Rede Telecine. A Rádio Globo, BH FM, CBN e a Globo FM fazem parte do sistema de radiodifusão. Em relação aos Jornais e Revistas, estão na rede: O Globo, Extra, Expresso, Valor Econômico (em parceria com o Grupo Folha), Época, Época São Paulo, Época Rio, Época Negócios, Galileu, Auto Esporte, etc. Na internet: Globo.com. Estes são apenas algumas das mídias que compõem o poderoso Grupo Globo.

a base formada pela política, pela classe média e pela mídia brasileiras é fundamental para a compreensão dos acontecimentos (Gonçalves, 2016, p. 65).

Dito isso, destaca-se que os grandes grupos da mídia brasileira “venderam” o golpe como *impeachment* por meio de técnicas de manipulação mental e de análises sectárias, bem como, convocaram manifestantes para as ruas. Deste modo, o Grupo Globo foi o sujeito responsável, no interior do bloco no poder, por dar veracidade aos procedimentos arbitrários e inconstitucionais que envolveram o processo de abertura de impedimento da presidenta Dilma Rousseff.

O bloco no poder é a unidade contraditória constituída pelas classes sociais dominantes e/ou frações de classe, o campo das práticas políticas que reflete um conjunto de níveis da luta de classe em um contexto específico. Nesta unidade contraditória há uma fração politicamente hegemônica que pode controlar o bloco, mas dependendo do momento histórico não ter representação partidária no sistema político¹⁸, cujo domínio ocorre pela *fração reinante*, aquela que detém o partido

¹⁸ Na visão de Boito Jr. (2018), os governos Collor (1990-92), Itamar Franco (1992-94) e FHC (1995-2002), a hegemonia do bloco no poder foi a fração burguesa vinculada ao capital financeiro (a fração associada ou compradora). A representação desta fração na cena política era o Partido Social da Social Democracia Brasileira - PSDB. Nos três primeiros anos do governo Lula, os acordos firmados durante a era neoliberal da fração associada foram mantidos e cumpridos, foi partir de 2006 que as orientações políticas e econômicas começaram a ser alteradas para um viés mais “desenvolvimentista” (LAMOSO, 2012). Assim, entre 2006 e 2014 ocorreram alterações das posições do bloco no poder, a fração ligada ao setor produtivo (a grande burguesia interna) tornou-se hegemonia e o PT passou a representá-la na cena política. Na nossa visão, entre os anos de 2015 e 2018 a hegemonia do bloco no poder não teve representação partidária. Houve sim a ação do PSDB, legenda derrotada no pleito de 2014, que logo após as eleições iniciou campanha explícita na cena política (em nome da fração vinculada ao capital financeiro) contra o PT, mas, como as principais lideranças do PSDB foram citadas em escândalos de corrupção, inclusive no âmbito da Operação Lava Jato (entre os quais Aécio Neves), de alguma forma a fração associada desvinculou-se do PSDB. Entendemos que no ano de 2015 há o retorno da fração associada ao lugar de hegemonia. Na cena política, isto ficou evidente com a escolha, no segundo governo Dilma, do Sr. Joaquim Levy para ocupar a pasta da fazenda, economista de formação neoliberal e que havia (abertamente) apoiado Aécio Neves na corrida presidencial de 2014. Entretanto, deste período em diante, a fração hegemônica, aparentemente, não possui uma representação partidária e sim representantes no âmbito do *pessoal do Estado*. A nossa tese é que a fração associada está compactuada com alguns setores do judiciário e com os grupos sociais vinculados as forças de segurança para reestruturar os quadros do Estado brasileiro. Assim, há um processo, por exemplo, no qual por meio da Operação Lava Jato os políticos profissionais e as classes sociais e frações vinculadas aos primeiros estão sendo aniquilados (por isso, o Ministério Público, Polícia Federal e outros, estão agindo contra partidos políticos, políticos profissionais e empresários, investigando e explodindo os esquemas de corrupção, realizando prisões, etc.) e substituídos por sujeitos do mercado e por sujeitos vinculados ao setor de segurança e judiciário na cena política. Em outras palavras, há uma frente política formada entre a fração burguesa associada ao capital financeiro e alguns *intelectuais do Estado*. Mais especificamente acreditamos que o golpe de 2016 desencadeou um processo que visa ampliar os poderes da administração do Estado e modificar as relações históricas do Estado como organizador do bloco no poder - movimento que empodera uma fração burguesa como hegemonia - e desorganiza as classes dominadas através de alianças-compromissos (nas quais a hegemonia cede a algumas reivindicações das frações dominadas). Nossa tese é que o golpe de 2016 desencadeou um movimento que tem por objetivo instalar um modelo de Estado capitalista que foi denominado por Poulantzas (2000) como estatismo autoritário. Neste, a administração do Estado (em seus diversos setores) detém amplo controle político, ideológico e econômico do território e juntamente com o poder executivo conduz relações diretas com a fração burguesa

político da cena política, bem como, podem não controlar o aparelho burocrático estatal, sob domínio da *fração detentora*, aquela que escolhe burocratas, políticos, militares, intelectuais, entre outros, para ocupar os órgãos públicos de Estado¹⁹. Estas posições do bloco no poder são estabelecidas por conta da sua dinâmica histórica e espacial e é configurado no plano das práticas políticas de classe.

Acreditamos que algumas das empresas privadas do setor de telecomunicação no Brasil possuem papel importante no bloco no poder, mais especificamente, podemos afirmar que o Grupo Globo tem perenes relações com as *frações detentoras* que historicamente ocuparam tal posição nessa unidade contraditória. O Grupo Globo é o aparelho de Estado²⁰ que, a partir dos seus discursos e de sua posição de classe, cria os consensos e os dissentimentos que são debatidos na sociedade brasileira, sobretudo, no que tange as questões da política. A Família Marinho ao longo da história recente do Brasil ajudou na legitimação e manutenção dos regimes políticos, na eleição de parlamentares, na escolha de ministros de Estado, em campanhas políticas, etc. Mais

hegemônica (no caso a fração financeira), passando por cima das funções do legislativo e das articulações históricas do bloco no poder (que todo Estado do tipo capitalista possui), assim como amplia os mecanismo de exclusão das massas populares. No estatismo autoritário há um partido de massa com a função específica de policiar e levar às frações dominadas a ideologia da administração, logo tanto a democracia representativa burguesa quanto os mecanismos de democracia direta de base são sufocadas nesse modelo. Observamos que nesse momento, na realidade brasileira, os *intelectuais do Estado*, sobretudo aqueles vinculados ao setor da segurança, são membros desse partido e atuam em nome desses futuros núcleos de poder e estão atuando em conjunto com sujeitos vinculadas ao setor da informação, mais exatamente aos grupos hegemônicos atuantes na internet. De igual modo, nota-se que a fração financeira se articula diretamente via poder executivo por meio dos altos escalões e da presidência da república. Mas o cenário ainda está difuso em decorrência da disputa entre o Supremo Tribunal Federal e algumas forças vinculadas ao poder executivo.

¹⁹ No caso brasileiro, entre 2003 e 2016, a fração reinante na cena política do bloco no poder até então vigente foi o PT visto ser o partido que controlava o Poder Executivo e representava os interesses da grande burguesia interna (fração burguesa vinculada ao setor produtivo), esta que era a hegemonia do bloco, mas que não formou o PT e como não foi a responsável pela eleição do presidente Lula teve que liderar uma coalizão com setores populares, coalizão que Boito Jr. (2018), denomina frente neodesenvolvimentista. É preciso destacar que no Estado capitalista, comumente, as frações burguesas criam, organizam e ajudam a eleger partidos políticos que vão representá-las exclusivamente no parlamento. No Brasil, segundo Armando Boito Junior, na primeira eleição para presidente vencida pelo PT, nenhuma fração burguesa se comprometeu em ajudar ou auxiliou na eleição do presidente Lula, de fato a vontade popular, impulsionada pela crise instalada pelos governos neoliberais de Collor, Itamar Franco e FHC, levou a vitória do PT. Entretanto, a partir de 2006, a grande burguesia interna foi fundamental para os triunfos de Lula e Dilma, visto o PT ter se transformado no partido desta fração na cena política.

²⁰ Para Poulantzas (2000), os aparelhos de Estados são aqueles formalmente constituídos, comumente chamados de públicos e aqueles que conservam um jurídico “privado”. A título de exemplo, a igreja, o rádio e a televisão, para o autor em questão, são aparelhos que no Estado capitalista são responsáveis pela ideologia, esta que não consiste simplesmente num sistema de ideias ou de representações, compreende especialmente uma série de práticas extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida, é o “cimento” no conjunto das práticas sociais, incluindo as práticas políticas e econômicas. Entretanto, é preciso destacar que para o autor em questão os aparelhos de Estado (que podem ser de repressão e de ideologia), não possuem um papel estático. Assim, em nossa opinião, o Grupo Globo, além de aparelho ideológico do Estado capitalista brasileiro, é também um sujeito importante na composição do bloco no poder, é uma fração burguesa que tem uma função específica na ossatura material do Estado brasileiro. Por ora, apenas vamos dizer que o Grupo Globo está vinculado historicamente as frações detentoras do bloco no poder.

recentemente, esta capacidade (poder) de classe pode ser observada no processo que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma.

É sabido que o rito do *impeachment* está previsto no artigo 85 da Constituição de 1988 e na Lei nº 1.079/1950 (“Lei do *Impeachment*”), mas ele somente pode ser iniciado caso o Chefe do Executivo tenha cometido crime de responsabilidade (crime que Dilma Rousseff nunca cometeu). Não havia fundamento jurídico para o afastamento da presidenta, entretanto, o Grupo Globo sustentou as falsas teses oriundas da cena política apresentadas ao público.

O Grupo Globo através de suas emissoras e veículos fraudou uma série de informações acerca das manifestações populares que ocorreram um mês antes a sessão especial na Câmara dos Deputados, nos dias 13 e 18 de março de 2016. Nos atos do dia 13, o Grupo Globo vociferava: “O Brasil está nas ruas!”. Nas manifestações do dia 18, os comandados da família Marinho publicaram: “São apenas militantes do PT!”.

Nossas interpretações e conjecturas que (com certeza) foram realizadas ao calor da hora (é parte da história e da geografia política do tempo presente), tenta contribuir com o esforço coletivo de compreensão de um *acontecimento*²¹ (o Golpe de Estado que ocorreu no Brasil no ano de 2016), mas com rigor teórico, com base em levantamento bibliográfico (leis, decretos, livros, teses, dissertações, periódicos), bem como, com fontes da internet, do ciberespaço²², manuseando as informações dos *sites* de notícias divulgadas por parte da imprensa.

Mediante o exposto, este artigo, além desta introdução, está dividido em mais duas seções. Na segunda parte, a discussão está circunscrita as manipulações dos veículos de comunicação do Grupo Globo em relação às manifestações de rua que ocorreram nos dias 13 e 18 de março de 2016. A título de exemplo, a cobertura por parte dos veículos de “informação” do mencionado grupo sobre as manifestações do dia 13 foi fundamental para convencer o “povo brasileiro” de que o *impeachment* era necessário, assim quando a Câmara dos Deputados decidiu acatar o pedido de afastamento da então presidenta Dilma, os entendidos da *TV Globo* e *Globo News* asseveravam que a “voz do povo havia sido escutada”. Na terceira seção trabalharemos nossas considerações finais.

²¹ Fernand Braudel (1965) explica que devemos entender *a estrutura* como o período temporal dotado de organização coerente, contínua, com relações fixas entre as realidades e a sociedade, mas caracterizada por mobilidades e mudanças. *Estrutura* seria o tempo longo (mil anos, quinhentos, trezentos, etc.). Nela está plasmada a *conjuntura*, o tempo médio (dez, vinte ou cinquenta anos). Este seria constituído pelo conjunto de acontecimentos que ocorrem no “interior” da estrutura. Por sua vez, o *acontecimento* é o tempo curto (três, cinco, dez ou quinze anos). O tempo da vida cotidiana, das rápidas tomadas de consciência, das catástrofes, o tempo por excelência do cronista, o tempo do agora.

²² De acordo com Lévy (2000, p.92) e Lemos (2004, p.115), o ciberespaço é, antes de tudo, um ambiente virtual alicerçado por meio de uma rede de computadores, assim como, é o espaço de comunicação interconectado pelas memórias dessa rede, o que possibilita a aproximação das pessoas, instituições (educacionais, governamentais, não governamentais etc.), comunidades virtuais, que se relacionam e buscam objetivos comuns. Interconexão mundial dos computadores que impactam em relação aos serviços, informações e educação.

O “Brasil” está nas ruas: será verdade?

“O Brasil está nas ruas!” Foi dessa maneira que os principais meios de comunicação do país retrataram as manifestações que ocorreram no dia 13 de março de 2016. As primeiras páginas dos jornais, os programas de rádio, os telejornais repetiam e propagavam que o Brasil estava contra Dilma na maior manifestação de rua da história do país. Como um mantra essa “verdade” foi entoada aos telespectadores, ouvintes e leitores. “O Povo brasileiro” desejava o *impeachment* da presidenta e provocava o Congresso Nacional a atendê-lo.

No *FANTÁSTICO*²³ do dia 13 de março, os âncoras iniciaram o programa informando que milhões de pessoas haviam tomado as ruas em 239 cidades, em todas as Unidades Federativas e no Distrito Federal, que eram brasileiros contrários a presidenta Dilma e que até às 20h a estimativa era de mais de 6 milhões de manifestantes (segundo os dados do *Data Folha* foram 3,3 milhões). Os apresentadores, ao som de uma música de suspense e com as faces sérias, diziam aos telespectadores que os “brasileiros” voltavam a pedir de forma pacífica (inclusive alguns posaram ao lado de policiais para fotos) o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, protestavam contra o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores, de igual modo, ressaltavam que as pessoas de norte a sul manifestavam apoio ao juiz Sérgio Moro²⁴ e a Operação Lava Jato.

As abordagens foram pontuais e seletivas, a informação era contra Dilma, Lula e o PT. Tal percepção demonstra a intencionalidade do discurso, não importava se o governo era formado pelo vice-presidente, pelos ministérios (cujos membros são senadores e ou deputados filiados a partidos políticos), pelo Poder judiciário e Legislativo e não importava o fato de que muitos políticos estavam sendo investigados pela Polícia Federal. O que se tentava demonstrar era que “o Brasil” estava contra Dilma, Lula e o PT porque eram as causas da corrupção no sistema político brasileiro.

As cenas transmitidas eram de pessoas cantando o hino nacional, vestidas com a camisa da seleção brasileira, com máscaras, segurando cartazes contra a corrupção e oposição a Dilma e Lula (parecia o típico carnaval brasileiro), isto é, “o Brasil estava nas ruas” contra a presidenta e seu mentor.

²³ O FANTÁSTICO é um programa de televisão brasileiro, mais especificamente, é um telejornal apresentado aos domingos pela Rede Globo com duração de três horas. Desde 1973 faz parte da grade de programas da emissora. Comumente este telejornal é utilizado para pautar alguns temas de interesse da Rede Globo e dos setores vinculados. Logo, é muito comum a exibição de reportagens que vão impactar de alguma maneira no cenário político, econômico e social do país. No dia 13 de março de 2016, a reportagem sobre as manifestações do “Brasil” contra os governos do PT durou quase uma hora e meia.

²⁴ Atual Ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro (2018-).

Figura 1: Manifestações do dia 13 de março de 2016



Fonte: G1 - Paraná RPC e Martín (2016)

A ideia passada sobre as manifestações serem pacíficas, endossava a concepção de que eram pessoas civilizadas, que mesmo descontentes estavam sendo protagonistas de um protesto bem-humorado e descontraído, que revelavam suas insatisfações de forma distinta dos militantes de esquerda.

Subliminarmente afirmava-se que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST “invade” terras (ou seja, é violento), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto-MTST “tomam” propriedades privadas (ou seja, é violento), a militância de esquerda “grita” palavras de ordem e “briga” com a polícia (ou seja, é violenta). Logo, o que o *FANTÁSTICO* queria passar era uma imagem de que aqueles brasileiros que estavam nas ruas daquele domingo, ali se encontravam em nome da nação e não de um partido político ou de corrente política e ideológica (como se isso pudesse ser verdade).

Esse discernimento foi assegurado pela cobertura dos protestos em tempo real da *Globo News* e dos flashes ao vivo da *TV Globo* ao longo de sua programação dominical. O Grupo Globo cobriu os atos:

[...] sem intervalos, ao longo de 12 horas, com a entrada de correspondentes em todo o país e a imagem das pessoas chegando nas manifestações de domingo foi fator decisivo para que muitas pessoas se somassem aos protestos contra Lula e Dilma” (Barbosa e Martins, 2016, p. 4).

Portanto, a *Globo* não se deteve apenas ao papel de informar jornalisticamente sobre os atos, mas atuou como um militante, parcial no processo, de forma panfletária, ao convocar a ida dos cidadãos às ruas. A divulgação de acontecimentos expressivos é um dever da mídia, afinal as empresas da área de comunicação recebem o direito de informar por meio de concessões públicas e estão a serviço da sociedade (pelo menos deveriam estar), entretanto, o que se observou foi um declarado partidarismo ou para ser mais específico um anti-partidarismo explícito, nesse caso contra o PT e a Presidenta Dilma Rousseff.

O sectarismo do Grupo Globo ficou mais evidente com o foco comparativo que deu as manifestações entre os dias 13 de março (contra Dilma e Lula) e 18 de março que eram pró-Dilma e, sobretudo, em favor da democracia. A tática de manipulação dos sentidos fez uso do discurso de que as reivindicações dos atos do dia 13 (com

participantes trajados com roupas verde-amarelas) significava que o país estava unido contra a corrupção e por conseguinte em oposição a Dilma e Lula. Na sexta, dia 18, o Grupo Globo disseminou a ideia de que era a militância do PT (e somente ela) que estava se movimentando.

Os apresentadores/jornalistas e especialistas do Grupo Globo retrataram os atos que ocorreram pelo Brasil no dia 18/03/2016, exclusivamente, como manifestações em defesa do governo do PT. No *Jornal das Dez*, da *Globo News*, a comentarista política Renata Lo Prete avaliava que: “[...] as manifestações haviam sido expressivas em muitas praças, elas se espalharam por todos os estados, Distrito federal [...]” e que “[...] os atos foram organizados pelo Partido dos Trabalhadores, por movimentos sindicais e outros grupos que defendem o ex-presidente Lula” (Globo News, 2016). Isto é, desta vez não era o “povo” brasileiro. Eliane Cantanhêde, correspondente da *Globo News* em Nova York, dizia:

A manifestação de hoje [18/03/2016] mostra que quem está indo pra rua é a militância. Não é o conjunto do povo brasileiro [...] Só 10% defendem o governo, mas são esses que têm experiência de fazer manifestação. Hoje foi uma convocação de militância - são movimentos muito organizados, com muita experiência. No domingo foram cidadãos [...] Domingo não foi o PSDB ou DEM que convocaram as pessoas para as ruas. Foi um movimento espontâneo. Verde e amarelo não é cor de partido [...] Quem foi pra rua no domingo [13/03/2016] foi gente bem informada, que acompanhou tudo o que aconteceu com a Petrobras, que apoia o que vem sendo feito pelo Sérgio Moro, que apoia este momento, em que se se constrói uma nova vida para o Brasil e uma nova cidadania. Isso é muito diferente do que aconteceu hoje [18/03] (Globo News *apud* Barbosa e Martins, 2016, p. 2).

É preciso destacar que todos os atos que ocorreram pelo Brasil no dia 18/03/2016 tinham como escopo a defesa da democracia, bem como, eram contra o Golpe que estava em curso (legitimado pela grande mídia), todavia, a intenção das supracitadas “falas” era descaracterizar a mobilização, demonstrar que aquelas pessoas de vermelho estavam ocupando às ruas em oposição ao combate à corrupção e a um país melhor, deixando a entender que eram contrários ao *impeachment* e que eram militantes pagos para defender Dilma e Lula, pois estes, supostamente, estavam em envolvidos em ilicitudes.

Cidadãos filiados a partidos políticos e vinculados a centrais sindicais não fazem parte do “conjunto do povo brasileiro”? A princípio, para Eliane Cantanhêde parece que não. A jornalista, com seu discurso raso e superficial, exteriorizava a ideia de que aquelas pessoas de vermelho eram cidadãos de segunda categoria, facilmente manipulados porque “dependem” dos programas sociais do governo. Assim como, deixava transparecer todo o partidarismo da emissora na qual trabalha.

Outro detalhe importante, no *FANTÁSTICO* do domingo, dia 20 de março de 2016, NADA, isso mesmo, nada sobre os protestos que mobilizaram todos os estados no dia 18/03. Absolutamente diferente do que aconteceu no domingo anterior (13/03), no

qual o programa dedicou mais de uma hora para “informar” sobre os atos do “Brasil contra Dilma”.

As capas do jornal *O Globo* de sábado (19/03) e de segunda-feira (14/03) são ainda mais reveladoras quanto ao posicionamento desinformador e manipulador do Grupo Globo. Naquela pode-se ler: “Aliados de Lula e Dilma fazem manifestações em todos os estados”. Na segunda: “Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro” (Figura 2).

Figura 2. Brasil versus Militância do PT?



Fonte: *O Globo*.

Num comparativo entre os atos do dia 13 e do dia 18, a grande mídia impressa faz a opção por deslegitimar um dos lados que foi às ruas. Na capa do *O Globo* das edições em referência é evidente a tentativa de categorizar e estigmatizar os brasileiros que foram para as ruas no dia 18, a abordagem proposital sugere um distanciando aos leitores entre os dois dias. Colima-se passar a mensagem de que os atos do dia 13 são a resultante de que “todo” o país estava cada vez mais engajado na reivindicação do *impeachment* e que “os aliados de Dilma e Lula” desesperadamente em resposta ao acontecimento inevitável do afastamento da presidenta tentaram ocupar, na sexta-feira, os espaços na mesma proporção do “povo brasileiro”.

Uma das expressões de tal ideia foi a publicação dos números dos manifestantes em ambos os dias. De forma exaustiva eram repetidos números inferiores dos protestos de sexta (18/03) em relação aos de domingo (13/03). No *Jornal das Dez* do dia

18/03/2016 da *Globo News*, o apresentador Dony de Nuccio, comparando as manifestações, trouxe a seguinte “informação”:

À primeira vista com a enxurrada de denúncias e indícios de irregularidades pode parecer surpreendente pra muita gente a existência de alguma capacidade ainda em apoio ao governo Dilma e ao ex-presidente Lula, mas basta à gente fazer uma análise numérica para entender a lógica. Se a gente pegar o mesmo parâmetro, dados da polícia militar, foram hoje [18/03//2016] 265 mil manifestantes em atos pró-Lula e pró-Dilma, no último domingo [13/03//2016] 3 milhões e 600 mil manifestantes contra Lula e a favor do impeachment, ou seja, menos de 8% dos manifestantes, considerando os dois dias apoiando o governo e o PT, ou seja, faz todo o sentido, não só é coerente, como proporcionalmente é até pouco, se a gente confrontar com a aprovação do governo, que de acordo com a última pesquisa disponível *Datafolha* do final de fevereiro mostra que apenas 11% das pessoas aprovam o governo e 89% consideram ruim ou péssimo, portanto há visões antagônicas, mas a gente não pode dizer que a polaridade divide a sociedade ao meio (Globo News, 2016).

A tese do apresentador é tão evidente que nem é preciso uma análise apurada. Se apenas 11% da população brasileira (segundo o *Datafolha*) aprovava o governo e 8% foram às ruas no dia 18, esse valor é insignificante frente às mobilizações do dia 13, visto que aqueles que se manifestaram pró-Dilma estão no interior da média de satisfação com o governo e de uma maneira ou de outra estão dispostos a apoiar a presidenta. Logo, incita o telespectador a pensar que não há motivos para se imaginar em país dividido com posicionamentos contrários ao processo de *impeachment*, isso somente seria possível caso o índice de adeptos fosse exorbitante e na mesma proporção do “povo brasileiro” que foi às ruas no dia 13 pedindo o impedimento. Em outras palavras, o âncora confortava a sociedade dizendo que aquelas pessoas *de camiseta vermelha* só estavam fazendo “barulho” e (com voz fraterna e branda) ressaltava que o “Brasil” estava unido e pedindo pela saída da presidenta.

O instituto de pesquisa *Datafolha* (uma das principais fontes de dados da grande mídia, como verificamos na fala do apresentador da *Globo News*), apresentou um discurso semelhante aos leitores. No dia 21/03, publicou que no dia 18 de março, em 45 cidades ocorreram protestos e 95 mil pessoas se reuniram na Avenida Paulista. Já os protestos de sexta (13/03), em 239 cidades foram realizadas manifestações e 500 mil pessoas ocuparam o mesmo centro em São Paulo. O título do artigo referente aos dados desta era: “Maior manifestação política da história de SP reúne 500 mil na Paulista” (Data folha, 2016). Por outro lado, a chamada para os dados do dia 18/03 foi: “46% dos que protestaram contra impeachment aprovam gestão Dilma” (Data Folha, 2016(b)). Subentende-se, ou melhor, força o entendimento ao público de que “os aliados de Dilma e Lula” numericamente não conseguiram mitigar a rejeição do governo Dilma e que ela era impopular mesmo entre aqueles que não desejavam o *impeachment*. É importante ressaltar que os números, são fundamentais na narrativa midiática, pois ajudam a atribuir veracidade aos discursos, as avaliações e aos fatos políticos que são inventados.

Assim, seria mesmo o “povo” brasileiro que estava nas ruas contra Dilma Rousseff ou determinados setores da sociedade brasileira é que estavam descontentes?

Aparentemente, o que se percebe é que a grande mídia tomou a decisão de atuar como protagonista do processo que possibilitou o afastamento da presidenta da República e “sugeriu” a sociedade brasileira que o “Brasil” estava indignado.

O Grupo Globo, em especial, deliberadamente desconstruiu o contexto de que num país de 200 milhões de habitantes existem sectarismos partidários, políticos, filosóficos e desconsiderou (e não “informou”) o fato de que o brasileiro possui percepções de mundo contraditórias e especialmente estão inseridos em classes sociais díspares e conflitantes. Todavia, ao agir como condutor da “verdade” homogeneizou “o Brasil” e ignorou, ao seu bel prazer, que os brasileiros estavam numa disputa e escolheu um dos lados, enfraquecendo aqueles aos quais chamou de “aliados de Dilma e Lula” e fortaleceu aqueles aos quais denominou de “brasileiros”.

Considerações Finais

Como discutimos, o jogo de palavras do Grupo Globo construiu no imaginário social a representação de que o *impeachment* (Golpe) era uma saída institucional para a solução dos problemas (políticos e econômico) que vivenciavam os brasileiros entre os anos de 2014 e 2016, bem como, disseminou a ideia de que o *impeachment* era a melhor alternativa, pois o país vivia um momento de crise criada pelo governo Dilma e pela administração anteriores do Partido dos Trabalhadores.

O *impeachment* foi uma farsa institucional/jurídica, a presidenta da República não cometeu crime de responsabilidade, único objeto que poderia afastá-la. Todavia, a atuação do Grupo Globo foi contundente. A postura que suas emissoras e veículos adotaram - com base no seu lugar de classe e como sujeito que atua em conjunto com *fração detentora* do bloco no poder²⁵ - manipulando os fatos e com posicionamentos abertos pró-manifestações contra a presidenta Dilma, foi preponderante para criar um ambiente político favorável que justificasse frente a sociedade a admissibilidade de abertura de processo de impedimento do mandato da Chefa do Executivo.

Assim, um dos principais exemplos da ação fraudulenta da família Marinho na “apuração” dos fatos que antecederam o Golpe de Estado formalmente oficializado no dia 17 de abril de 2016 foram as coberturas das manifestações pró e contra o *impeachment*. A cobertura realizada pelo Grupo Globo sobre as manifestações dos dias 13 e 18 de março de 2016, construindo sentidos e “falas” de um lado e silenciando “vozes” do outro, demonstra o poder concentrado da grande mídia brasileira e a capacidade que alguns dos sujeitos possuem de construir representações, ideias e interferir no processo democrático.

A movimentação do Grupo Globo no ano de 2016 foi fundamental para as mudanças na cena política, pois além de ajudar na retirada da presidenta Dilma Rousseff de seu cargo, influenciou o ambiente eleitoral para o ano de 2018. As práticas do Grupo Globo apresentadas nesta discussão estão relacionadas a ação programada das

²⁵ Vamos debater essa tese com mais profundidade em outro momento.

quatro principais famílias que controlam o setor de comunicação no Brasil²⁶ que a partir do ano de 2014 passaram a intensificar os discursos antipetistas. Dias antes das manifestações do dia 13 de março, a título de exemplo, e nas vésperas da condução coercitiva do ex-presidente Lula as instalações da Polícia Federal em Curitiba “[...] houve uma edição histórica do JN: quarenta minutos de massacre sistemático ao principal líder popular do país desde Getúlio Vargas” (Lopes, 2016, p. 120).

Ademais, entre novembro de 2014 - logo após as eleições para presidente da república - e abril de 2016, os grandes veículos de comunicação do Brasil (o Grupo Globo especialmente) endossaram todas as acusações falsas contra a presidenta Dilma, incutindo no consciente coletivo, a sensação de que a sua administração era a mais corrupta da história brasileira e obviamente associando-a ao seu antecessor Lula (que ajudou a elegê-la por duas vezes consecutivas), assim como, o show midiático ao produzir um sentimento anti-PT, transformou-se em plataforma política para movimentos que se autodenominavam “sem partido político” e que passaram a trabalhar o “antipetismo” como “bandeira de luta” e contra a corrupção (entre os últimos podemos citar o Movimento Brasil Livre-MBL²⁷ e Revoltados Online).

Assim como as grandes empresas privadas no setor de comunicação no Brasil, em articulação com a Operação Lava Jato, fizeram vir à tona ao grande público informações que deveriam correr em segredo de justiça e o escopo dos “vazamentos” dos processos investigativos em editoriais, artigos, entrevistas, pesquisas era desmoralizar o Governo Dilma Rousseff, especialmente, devido a sua ligação com o ex-presidente Lula.

Eduardo Guimarães, no artigo intitulado: “Confira Prova de que Lava Jato e mídia formam uma polícia política”, apresenta uma gravação em que sua fonte revela a articulação entre *intelectuais do Estado* (o Juiz Sérgio Moro, o Ministério Público e a Polícia Federal) e grupos de mídia, na qual os primeiros estavam repassando informações sigilosas, de forma absolutamente ilegal, com a finalidade de montar um esquema publicitário cujo objetivo era demonstrar como alguns desses *intelectuais* estavam caçando os corruptos do Brasil e, especialmente, condenar antes mesmo de haver alguma prova aqueles que estavam sendo acusados.

No contexto dessas articulações podemos citar a 24ª fase da operação Lava Jato que culminou com a condução coercitiva, no dia 05 de março de 2016, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a sede da Polícia Federal no aeroporto de Congonhas em São Paulo/SP para depor a respeito das suspeitas da justiça sobre o favorecimento indevido de empreiteiras e empresários ao ex-presidente e sua família. A gravação

²⁶ Família Marinho, do Grupo Globo; Civita, do Grupo Abril/Veja; Frias, do Grupo Folha e Mesquita, do Grupo Estado.

²⁷ Aqui é preciso registrar que quando o MBL apareceu no contexto político nacional brasileiro seus membros se auto declaravam apartidários, no entanto, a plataforma política utilizada com base de que estavam combatendo o PT em nome do Brasil rendeu a algumas de suas lideranças o acesso, respectivamente, ao poder legislativo municipal de São Paulo e ao legislativo federal. No ano de 2016 Fernando Silva Bispo (Fernando Holiday) foi eleito vereador em São Paulo e no pleito de 2018, Kim Kataguirí foi eleito deputado federal. Ambos são do Democratas - DEM.

apresentada por Guimarães (2016) no artigo supracitado é justamente a respeito de como as informações da 24ª fase da Operação Lava Jato foram repassadas à imprensa.

Não estamos tentando aqui realizar uma defesa ao Partido dos Trabalhadores, não é este o nosso papel. O nosso objetivo foi demonstrar um dos enfrentamentos do bloco no poder cujas consequências incidiram diretamente na cena política (cuja fração reinante era o PT) e no qual a grande mídia, em especial o Grupo Globo estava envolvida. O nosso objetivo aqui foi apresentar as movimentações (de um episódio específico) deste último sujeito em tal contexto. Não analisamos *os porquês* da articulação do Grupo Globo, nos atemos as práticas de classe deste sujeito contra o governo de Dilma Rousseff (embora tenhamos plena convicção de que as ações da família Marinho estão relacionadas as inclinações dos governos do PT no sentido de tentar regular o setor de televisão aberta no Brasil, bem como, rever os marcos que estabelecem as regras de concessão do sinal público utilizado pelas empresas privadas do setor de comunicação).

Deste modo, a discussão que apresentamos é para chamar atenção de que é momento de questionar o sistema de mídia do país, de cobrar dos responsáveis a revisão das normas que o regem e exigir o fim do monopólio e oligopólio que existe no setor da comunicação (proibido pela Constituição Federal em seu artigo 220) e lutar para impor limites à propriedade cruzada dos veículos de informação, sobretudo, porque esta estrutura subverte os resultados da cena política e da vida de milhões de brasileiros.

De igual modo, a manutenção de uma mídia que manipula informações contribui para disseminação de informações falsas acerca das classes sociais que querem a mudança do sistema e dos movimentos sociais que lutam em nome de mais justiça social e pelo fim das desigualdades. O Grupo Globo comumente criminaliza o MST, MTST e outros que se articulam contra as elites e pelos seus direitos.

Ademais, o Golpe de 2016 não alterou apenas posições no bloco no poder, influenciou o andamento do futuro das classes menos abastadas. As atuais investidas contra as classes populares são consequências diretas das articulações que retirou Dilma Rousseff do Poder Executivo²⁸. Assim, o Grupo Globo foi protagonista em todo o processo.

²⁸ Depois do “impeachment político” os núcleos de poder passaram a investir contra educação pública, contra direitos adquiridos e existem ameaças assíduas contra as liberdades individuais. São exemplos as medidas parlamentares, entre 2016 e 2019, limitando os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, nomeando interventores nas universidades, reformando a previdência e as discussões no parlamento brasileiro acerca da criação de lei nova lei de segurança nacional com objetivo de criminalizar qualquer tipo de manifestação contrária ao sistema..

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ª Ed. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm. Acesso em: 13/06/2016.

BARBOSA, B.; MARTINS, H. **Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia**. Intervezes, 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezes/os-atos-pro-democracia-e-a-narrativa-do-golpe-na-grande-midia>. Acesso em: 05/03/2016.

BOTELHO, T.; FILGUEIRAS, T. A. **E agora, sociedade das panelas que veste camiseta da CBF, quem vai pagar o pato?** O Cafezinho, 2016. Disponível em: <http://www.ocafezinho.com/2016/05/20/e-agora-sociedade-das-panelas-que-veste-camiseta-da-cbf-quem-vai-pagar-o-pato-temer-extingue-a-controladoria-geral-da-uniao-que-fiscalizava-e-combatia-a-corrupcao/>. Acesso em: 20/05/2016

BOITO JR., A. “Cena política e interesses de classe na sociedade capitalista: a análise de Marx”. In: _____ **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

_____. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas/SP: Editora Unicamp/ São Paulo/SP: Editora Unesp, 2018.

BOTELHO, T.; TEIXEIRA, G. O impeachment de Dilma Rousseff: um Golpe da constituição aos Tratados Internacionais. In: PRONER, C. et. al. (Org.) **A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016**. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2016, p. 393-398.

CARTA CAPITAL. **O que pesa contra Temer na Lava Jato**, 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-pesa-contratemer-na-lava-jato>. Acesso em: 10/04/2016.

CERQUEIRA, D.; PEDROLLO, G. F. “Para entender: impeachment, recall e outros bichos”. In: PRONER, C. et. al. (Org.) **A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016**. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2016, p. 89-92.

DATA FOLHA. **Maior manifestação política da história de SP reúne 500 mil na Paulista**, 2016. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml>. Acesso em: 25/03/2016.

DATA FOLHA. **46% dos que protestaram contra impeachment aprovam gestão Dilma**, 2016. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1752481-46-dos-que>

protestaram-contrainpeachment-aprovam-estao-dilma.shtml. Acesso em: 25/03/2016.
(b)

FOLHA DE SÃO PAULO. **Nome de Temer é citado 43 vezes em delação de executivo da Odebrecht**, 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840250-nome-de-temer-e-citado-43-vezes-em-delacao-de-executivo-da-odebrecht.shtml>. Acessado em: 10/03/2017.

GUIMARÃES, E. “Confira a prova de que a Lava Jato e Mídia formam uma polícia política”. In: PRONER, C. et. al. (Org.) **A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016**. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2016.

GLOBO NEWS. **Manifestações a favor do PT enquanto ministro STF suspende nomeação de Lula - Globonews - 18/03/2016**, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rrffc2cL3Dg>. Acesso em: 25/04/2016.

GONÇALVES, M. A. P. Esse golpe será narrado: uma leitura benjaminiana sobre a experiência histórica brasileira no “impeachment” de 2016. In: Gobbo et. al. (Org.) **O Poder da Mídia no Brasil - (re)editando outras verdades**, 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2016, p. 60-72.

GOBBO, B. A. Para desterritorializar aparelhos ideológicos de Estado. In: Gobbo et. al. (Org.) **O Poder da Mídia no Brasil - (re)editando outras verdades**, 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2016, p. 11-28.

GREENWALD, G. **Democracia brasileira sofrerá duro revés com posse de inelegível e corrupto neoliberal**, 2016. The Intercept. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/05/11/a-democracia-brasileira-sofrera-um-duro-reves-com-a-posse-de-um-inelegivel-e-corrupto-neoliberal/>. Acesso em: 11/05/2016.

G1 - PARANÁ RPC. **Protestos do dia 13 de março de 2016 no Paraná; FOTOS**, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/fotos/2016/03/protestos-do-dia-13-de-marco-de-2016-no-parana-fotos.html>. Acesso em: 20/10/2016.

LE MOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2004, 296 p.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2000, 264 p.

LIMA, V. A. “Mídia, rebeldia urbana e crise de representação”. In: MARICATO, E. (Org.) **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**, 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 89-94.

LIMONGI, F. **Impedindo Dilma**. Novos estudos. CEBRAP, São Paulo, Especial, 5-13. Junho, 2017, p. 5-13.

LOPES, M. “As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático”. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Org.) **Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise**. 1 Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

JARDIM, A. S. **Os Acordos de Delações Premiadas e o Supremo Tribunal Federal**, 2017. Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/os-acordos-de-delacoes-premiadas-e-o-supremo-tribunal-federal-por-afranio-silva-jardim/>. Acesso em: 23/06/2017.

MARTÍN, M. **Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas**, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html. Acesso em: 15/09/2017.

MOURÃO, M.; MARTINS, H. **A legitimidade do impeachment construída pela grande mídia**. Intervezes, 2017. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezes/a-legitimidade-do-impeachment-tramada-pela-grande-midia>. Acessado em: 18/04/2016

MORAES BAHIA, A. G. M. F. et. al. “Golpe vergonhoso passa na Câmara”. In: PRONER, C. et. al. (Org.) **A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016**. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2016, p.30-33.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001, 110 p.

O GLOBO. **Entidades de imprensa e Fecomercio estudam ir ao STF contra plano de direitos humanos**, 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045>. Acesso em: 20/05/2017.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Trad. de Antonio Roberto Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Poder político e classes sociais**. Trad. de Francisco Silva. 2ª ed. S. Paulo: Martins Fontes, 1986.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. 3º ed. Rio de Janeiro- RJ. Brasil. Trad. Rita Lima, 2000.

PRONER, C.; et. al. **Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula**. Bauru: Canal 6, 2017.

PRONER, C. “Golpe branco no Brasil: Dilma alerta na ONU”. In: PRONER, C. et. al. (Org.) **A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016**. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2016, p. 69-73.

RAMOS, B. V.; MOREIRA, L. “Ingredientes de um Golpe Parlamentar”. In: PRONER, C. et. al. (Org.) **A RESISTÊNCIA AO GOLPE de 2016**. 1ª Edição. Bauru/SP: CANAL 6 editora, 2010, p. 57-60.

THE ECONOMIST. **Why vote to impeach Dilma Rousseff?** The Economist News, 2016. Disponível em: <http://www.economist.com/news/americas/21697095-hardly-any-federal-deputies-favour-impeachment-gave-stated-charges-their>. Acesso em: 25/04/2016.

SANTOS, B. S. Esquerdas do mundo, uni-vos. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.



Recebido em novembro de 2019

Aceito para publicação em dezembro de 2019